

**FRAP AVEIRO**

**Federação Regional das Associações de Pais de Aveiro**

**AVANCA - ESTARREJA**

# **Seminário Nacional EDUCAÇÃO E CIDADANIA CONCLUSÕES**



Cidadania  
Pedagogia  
Educação

## **20 Maio 06**



FRAP Aveiro

**APEEEA**

Associação de Pais/ Encarregados  
de Educação das Escolas de  
Aveiro

**CNE**

Conselho Nacional  
de Educação



Agrupamento de Escolas  
de Avanca - Prof. Dr. Egas Moniz



Confederação Nacional  
das Associações de Pais



Câmara Municipal  
de Estarreja

Integrado no Debate Nacional sobre Educação



### Introdução

O seminário propôs-se debater “EDUCAÇÃO e CIDADANIA”, assumindo pelo seu *timing*, divulgar a iniciativa da Assembleia da República para o Debate Nacional da Educação, constituindo o primeiro contributo. Neste sentido, feita a apresentação pelo Presidente do Conselho Nacional de Educação, Prof. Dr. Júlio Pedrosa e Conselheiros indicados, Dr. Jacinto Jorge Carvalhal e Dra. Rosália Vargas Esteves Lopes da Mota, pretendemos dar respostas a 4 perguntas concretas, debatidas por todos os presentes em 4 painéis de debate simultâneos. Além das respostas, foram ainda pedidas aos participantes que indicassem 5 medidas ou metas que gostariam de ver resolvidas nos próximos anos.

### Apresentação

A educação deve ser a afirmação do Homem como ser social. Se antes a Instrução era a base da Escola e a Educação a base da Família, hoje exige-se que a escola também eduque. Assim, o papel de ambos deve ser conjunto, numa relação cúmplice e de confiança.

Não podemos negligenciar muitos factores externos que têm influência na escola e no comportamento dos alunos, temos pois de defender os princípios orientadores da nossa vida juntos.

O conjunto de regras básicas na escola, tem de encontrar uma continuidade no seu exterior, na família, sem existirem contradições naquilo que se ensina com aquilo que se pratica.

A escola deve ser uma Escola para Cidadãos e incluir nos seus ensinamentos a Educação para a Cidadania pois esta conduzirá à prioridade e à melhoria da qualidade na educação.

Devemos pois enraizar práticas sociais na escola, para a Cidadania.

Sabemos que os principais entraves ao exercício da cidadania são o Analfabetismo, o Abandono Escolar, a Pobreza e a Exclusão Social. Teremos pois de actuar por aí também.

O referencial de valores deve ser definido e a questão, é se eles devem aparecer de forma mais ou menos neutra ou de uma forma explícita.

É no contexto do **Currículo** onde devem estar presentes os Valores e a Cidadania.

Deve haver liberdade de educação? Defendemos uma escola única ou vários modelos de escola?

Qual deve ser a responsabilidade primária da Educação? A família? A comunidade? Defendemos uma escola comunitária? Deve esta ser única? Ou uniforme?

Educar é o contrário de impor pelo que não faz mais sentido a visão redutora, centralizada apenas no Educador/Educando. A educação é um direito de Cidadania

Mas não existem direitos sem deveres, pelo que se a Educação é um direito, deve ser também encarada como um dever. E a quem compete? Ao Estado?

Assim tem sido mas será que assim terá de continuar a ser?

Escola/“Media”/Família/Sociedade – onde nos situamos e sobretudo como nos enquadramos? Voltando às coisa simples, questionando e reflectindo.

Para as Escolas: Liberdade, Autonomia, Responsabilidade.

Ensino Diferenciado e não Uniformizador. Olhar **como** se aprende e para **o que** se aprende.

Liberdade de Educação com outras formas de aprendizagem como os Museus ou os Centros de Ciência. É preciso também sair da escola.

Painel n.º 1

**Como se repartem as responsabilidades da educação entre a Escola e a Família?**

Do conjunto da discussão, nos vários encontros, conclui-se que há uma falha fundamental ao nível da falta de identificação das obrigações e deveres dos vários intervenientes (família e escola), e também que o afastamento da generalidade dos pais não permite uma colaboração estreita Família-Escola.

Foram sugeridas várias respostas que aqui resumimos:

- É de extrema importância definir os papéis – obrigações e deveres – dos vários intervenientes na educação escolar, nomeadamente:
  - Director de Turma;
  - Pai Delegado de Turma;
  - Aluno Delegado de Turma;
  - Pai representante no Pedagógico;
  - Pai representante da Assembleia de Escola;
  - Pai no Movimento Associativo de Pais;

alargando esta identificação de papéis ao 1º Ciclo do Ensino Básico e ao Jardim de Infância;

- No contexto atrás definido e reconhecendo-se o Director de Turma como o elemento com melhor conhecimento do ambiente escolar e também do ambiente familiar e social do aluno, a definição atrás descrita deve prever, para o Director de Turma, um papel com maior relevância, turmas mais pequenas, etc., isto é, as condições para ser um verdadeiro mediador/tutor. De notar que esta responsabilidade só deverá ser atribuída a professores devidamente qualificados para tal função;
- A identificação das responsabilidades dos Pais nos diversos órgãos em que estão representados, devem ser bem definidas e publicitadas, por forma a evitar, por um lado, que o voluntariado que hoje se verifica seja confundido com voluntarismo, e por outro lado, que se elimine a dicotomia entre o que se espera dele e o que lhe é facultado para exercer esse papel;
- Definir o exercício parental como um acto baseado em conhecimentos adquiridos, isto é, promover o desenvolvimento das Escolas de Pais, de modo a proporcionar a aquisição de conhecimentos que incentivem uma sã e activa convivência entre Pais, Filhos e Sociedade em geral;
- Criar condições para envolver os diversos meios de comunicação (TV, INTERNET, ESPECTÁCULOS DESPORTIVOS, CULTURAIS E OUTROS) no diálogo Família-Escola, pois estes estão afastados das mais diversas formas de discussão da problemática. Por outro lado estão cada vez mais em contacto com os Filhos;
- É necessário definir um CONTRATO SOCIAL ESCOLAR, entre os Pais e a Escola, adaptado a cada realidade/contexto local, onde estejam definidos os deveres e obrigações de todos os intervenientes na educação dos Filhos-Alunos;
- Criar um meio de acompanhar melhor as Famílias na identificação vocacional dos alunos;
- Definir um modelo de escola (social, física, ambiental, etc.), desenvolvida para o modelo de família actual (mono parental, com pouca formação, inculta, etc.), em que o aluno passa a maior parte do tempo na escola e em que o tempo dispendido com a família é diminuto;
- Aumentar a responsabilidade da família na própria família. Os pais devem assumir as responsabilidades dos filhos.

Como nota final devemos realçar que a pergunta deveria ser reformulada, substituindo o termo "repartir" por "partilhar".

Painel n.º 2

**Como se deve promover a articulação da educação escolar com outras formas de aprendizagem que lhe são exteriores?**

Durante a discussão, foi unânime que o envolvimento da comunidade, nomeadamente dos pais é importante e imprescindível para o sucesso da educação e em particular, no caso da articulação da educação escolar com outras formas menos formais de aprendizagem que possam englobar sobretudo recursos externos à escola e que se encontram disponíveis na comunidade. Afinal é nessa comunidade que os pais existem como cidadãos e envolvidos eles próprios nas colectividades que a comunidade encerra. A integração da escola no seu seio é pois fundamental.

A Autarquia, aparece também como parceiro fundamental, não só pelos recursos que possui e que poderá disponibilizar como pelo carácter organizador e promotor, quer através da própria instituição, quer através dos organismos municipais como o Conselho Municipal de Educação, Rede Social ou Associativa (colectividades).

Foram também identificadas dificuldades na abertura da escola à comunidade, bem como na deficiente participação dos pais.

Foram sugeridas várias respostas que aqui resumimos:

- O Envolvimento dos pais é fundamental na articulação da educação escolar com outras formas de aprendizagem, contudo existe a necessidade de melhorar e aumentar esse envolvimento. A integração e abertura da escola na Comunidade têm resultados diferentes consoante a atitude da comunidade docente que pode ser uma barreira ou um convite a essa participação.
- Deve ser considerada prioridade a participação da família. Falta pois, na maioria dos casos, orientação específica no Projecto Educativo para o envolvimento dos Pais.
- Com frequência a escola solicita o envolvimento dos pais e essa participação é declinada muitas das vezes. Porquê? Porque as gerações anteriores não tiveram o exemplo. É necessário tratar o "ensino" da CIDADANIA e da DEMOCRACIA nas suas diferentes vertentes pelo que este ensino deve ser alargado aos adultos. A falta de motivação dos pais é transmitida pelo exemplo da falta de cidadania aos filhos.
- Os Conselhos Municipais de Educação devem ter muita intervenção no sentido da articulação da Comunidade Educativa e/com os projectos educativos.
- Envolver a família relativamente às suas competências profissionais no sentido de maior participação na Escola, por exemplo através da sua "matrícula" ou bolsa de pais e respectivas actividades e disponibilidades. Por exemplo: "Dia da profissão..." em que o pai visita a turma.
- Fomentar actividades conjuntas entre os pais e as crianças com os professores (ao nível de escola, agrupamento, comunidade) para promoverem a integração plena, sempre com supervisão da Escola, como pólo aglutinador.
- A Necessidade de estabilidade do Corpo Docente no quadro de escola, favorecendo o enraizamento e a ligação deste com a comunidade favorecendo também a continuidade dos projectos desenvolvidos. A fixação dos docentes ao Quadro de escola desenvolve uma maior ligação dos professores à escola e à comunidade.

- Envolvimento das colectividades na organização de actividades culturais (teatro, música, etc) inseridas na Escola (que acabam por ser obtidas no exterior), nomeadamente, orfeão, rancho, banda, tuna, artesanato, comunidade local, outras comunidades. Não basta o Inglês e a Educação Física (nos casos que existem e em alguns casos de forma totalmente inadequada). Necessária a articulação e parcerias entre a Escola e outras Organizações para esse enriquecimento cultural.
- Desenvolvimento de protocolos entre organizações, entidades e empresas da comunidade local, com as Associações de Pais, abrangidas pela lei do mecenato, não por Decreto ou imposição.
- Necessário efectuar parcerias/protocolos de forma a existir uma interligação e gestão entre as diversas ofertas locais disponíveis, constituindo uma rede de oferta formativa a nível local, com especial relevo para o papel que as autarquias podem desempenhar nessa missão.
- As escolas deverão ter iniciativa, flexibilização e autonomia verdadeira e efectiva, por ex.: ocupação dos alunos através de cursos de formação, fomento de clubes (de electricidade, de química, de teatro, fotografia, jornalismo, artes, etc). Fornecer conhecimentos práticos como forma de atracção dos alunos, inclusivamente como forma de combater o insucesso escolar.
- Incluir a “Arte” na escola, o ensino artístico ou o ensino através da arte - artesãos. Incluir a “Ciência” experimental – museus de ciência e/ou Centros de Ciência.
- Falta de infra-estruturas adequadas em muitas escolas. É necessário adequar estas condições a nível geral e não apenas de uma forma pontual. No caso da rede do 1º Ciclo é notória esta desadequação que impede a promoção e o desenvolvimento destas aprendizagens.
- Necessidade de divulgar e premiar as boas práticas existentes num contexto de avaliação efectiva às actividades desenvolvidas.
- Adequar exemplos positivos (sejam de outros países ou não) para as realidades locais.
- Deficiente disponibilização de recursos financeiros ao nível do Ministério da Educação, em alturas inadequadas e pouco consistentes ao longo do ano, sempre na dúvida quando e se vem o dinheiro, condicionam a implementação de projectos ao nível de escolas. Logo, maior disponibilidade financeira para o orçamento de escola e maior autonomia na sua gestão, com responsabilização da escola pela sua avaliação e resultados.
- Aproveitamento das valências das IPSS, por ex. no Inglês. Necessário flexibilizar os contratos e contactos para privilegiar localmente as sinergias já existentes.

O envolvimento deve ser de toda a comunidade, numa efectiva relação de parceria.

### Painel n.º 3

#### **Que competências devem ser adquiridas por todos os alunos na escolaridade Básica Universal?**

Numa breve síntese das opiniões formuladas pelos diferentes grupos, podemos referir que para formar o cidadão de corpo inteiro a escola deve:

- Ensinar em Liberdade e ensinar a Liberdade;
- Ensinar com responsabilidade mas ensinar a responsabilizar;
- Ensinar a trabalhar, valorizar a assiduidade, a pontualidade, definir as regras e os deveres, respeitar os direitos mas dar ou criar as oportunidades;

- Manter o ensino também como actividade lúdica;
- Aceitar e valorizar o espírito crítico;
- Interagir com a família e a comunidade;
- Reconhecer influências, trabalhando-as criticamente;
- A família deve educar os seus filhos, colaborar com a escola, não condicionar as vocações, não proibir cegamente mas acompanhar para clarificar, educando e preparando para o futuro;
- A comunidade e a sociedade devem apoiar as famílias, anulando as desigualdades sociais, apoiando a escola, corrigindo com apoio técnico especializado;
- Racionalizar, mas diversificar as oportunidades, garantindo um ensino obrigatório qualificado evitando fenómenos negativos como o trabalho infantil;

Durante todo o dia e a propósito da questão proposta para debate, foram então expressas diferentes perspectivas e contributos variados, dos quais procuramos em seguida registar aqueles que mais se aproximam das respostas ao tema relativamente às competências a adquirir:

- Competência de tomada de decisões;
- Competências de leitura, escrita e compreensão;
- Competências nas áreas da matemática, informática e expressão artística;
- Respeito pelos Outros;
- Ensinar a trabalhar. Criar conceitos de responsabilidade (As faltas sucessivas dos professores são injustificáveis, as crianças repetem o que vêem fazer);
- Inculcar espírito crítico construtivo;
- Ensinar a pensar. A política educativa com os programas actuais dificilmente responde a estes objectivos;
- Clarificação de Valores com proximidade e presença;
- Criação na escola de alternativas com uma componente mais prática;
- Inculcar e estimular a curiosidade científica (querer saber sempre mais);
- Competências de cidadania (Saber viver em sociedade);
- Competências de comunicação;

Ao longo das sessões foi também bastante abordada a questão das estratégias mais adequadas para a obtenção das competências assinaladas, pelo que nos parece igualmente interessante apresentar uma súmula das mais referenciadas:

- Assegurar os direitos básicos de cidadania: habitação, alimentação, trabalho, tempo livre...
- Igualdade de oportunidades: Direitos e Deveres;
- Interação entre Escola e Família. Educar é uma tarefa global;
- Responder às questões sociais. Necessários Assistentes Sociais e Psicólogos nas Escolas bem como apoio jurídico;
- Promoção da Escola dos Afectos e de modelos de relação/afectividade. Tratar as fragilidades emocionais;

- Responsabilizar individualmente;
- Autonomia administrativa e pedagógica das Escolas. Competências básicas não centralizadas. Currículo local vs. Currículo nacional;
- Incentivar a participação associativa. Desenvolver espírito de cooperação;
- Dar informação e formação aos Pais. Desenvolver o conceito de Escolas de Pais;
- Definir as competências para alunos normais e competências para alunos com dificuldades;
- Estimular a competência;
- Utilizar terapias de grupo.
- Diversificar os interesses e ofertas educativas;
- Construir uma “Escola Aberta”; Chamar a escola a participar e abrir a escola à participação;
- Necessário separar o trigo do joio, trazendo os conteúdos de fora para discutir na Escola; Criar momentos educativos no acompanhamento;
- Definir as aprendizagens ligadas às necessidades práticas do mercado de trabalho;
- Actualizar os conhecimentos ensinando os contemporâneos. No ensino da história, relacionar as noções reais do passado com a actualidade;

#### Painel n.º 4

### **Como integrar os alunos de diferentes etnias e culturas?**

O que nos torna iguais é o respeito que devemos ter a cada um, na sua diferença de estar, de viver, de ser.

A nossa história mostra que somos um povo de mistura de culturas. Somos dos mais integrativos e inclusivos. Isto é um valor e uma esperança.

Integrar os excluídos é uma questão que extrapola a escola. Além de culturas e etnias, temos problemas como o racismo, a xenofobia e a pobreza.

Integrar é dar competências mínimas – papel da Escola - para o mercado de trabalho e vida social - que compete a toda a comunidade.

Foram sugeridas várias respostas que aqui resumimos:

- A Escola não pode ser o veículo privilegiado para resolver o problema social - não é essa a sua principal missão: deve estar preparada para exercer a sua missão instrutiva e educativa, mas só na dimensão escolar, educativa.
- A sociedade resulta da interacção que exercemos uns com os outros, no quadro de valores e regras que orientam aquela comunidade. A missão da escola tem que compreender as diferenças para poder integrar socialmente, tem que ter capacidade para acolher alunos muito heterogéneos e ser capaz de dar resposta em consonância com essa heterogeneidade.
- A escola deve definir o Projecto Educativo, situado no contexto social e promover um corpo docente estável e unido. A capacidade de liderança é fundamental para velar pelo cumprimento das regras, valores e princípios estabelecidos. Tal não é possível com uma gestão de gabinete.

- Escola centrada, focada, na sua missão e preparada para desempenhar bem a sua missão: Educar naquele código que nos permite ser cidadãos iguais na vivência da cidadania. Isso implica trabalho de parceria de toda a comunidade educativa para uma integração com sucesso.
- Outra missão da escola: encontrar o código de comunicação e ética comuns. Valores que podem ser subscritos por todos.
- A Escola deve ser uma escola verdadeiramente democrática, e para tal deve lutar pela sua autonomia, de forma a poder responder aos problemas específicos que se lhe colocam. A escola única, uniforme e uniformizadora vê todos com o mesmo olhar.
- Tem que existir, na escola ou em parceria com esta, o estudo do português, ou com mais amplitude, integrar possibilitando o acesso ao código comum.
- À Escola tem que se dar – o estado, as autarquias – o apoio concreto e a motivação necessária. A escola tem que ter a possibilidade de criar Projectos de Turma de Curriculum Alternativo para responder às necessidades específicas detectadas.
- A escola, entre muitas outras coisas que não prevê na sua missão, deve educar para a cidadania e para a diversidade.
- Deve ser desenvolvido nas escolas a expressão artística e dramática.

#### Caso concreto da Etnia Cigana

- É um paradoxo a dificuldade de trabalhar com esta etnia, dado a sua longevidade já em Portugal.
- Fazer troca de boas práticas. Há escolas com relativo sucesso, onde a intervenção das associações de pais em parceria com a escola, se tem revelado uma boa prática.
- Envolvimento nessas parcerias com o ACIME
- Conhecer e caracterizar bem os grupos e integrar nas acções os que são mais sensíveis.  
Exemplos:
  - Estimular o estudo do Francês e Inglês, demonstrando-lhes que é melhor para a sua normal actividade comercial.
  - Promover o clube da “Dança Cigana”
- O Rendimento de Inserção Social deve criar mecanismos de promoção da Formação de Adultos.

#### Notas finais:

- “A um homem com um martelo tudo parece um prego!”
- Os paradigmas e as nossas mentes formatadas e pouco ou nada abertas ao mundo e à mudança, são geradores de exclusão.
- Aos pais compete o apoio claro à escola nos factores de integração. Assim também a Escola os considere.

## **5 METAS OU MEDIDAS QUE GOSTARÍAMOS VER RESOLVIDAS**

### **1- Autonomias das escolas**

- Escola virada para o meio concreto onde está inserida.

### **2- Escola como um espaço aberto e participado para e por todos**

- Professores, pais, alunos, autarcas, em processo permanente de "Melhoria Contínua" na procura de parcerias, valores comuns e soluções.

### **3- O insucesso escolar**

- Definir claramente as competências básicas essenciais e, estratégias e metodologias, para se concretizarem.

### **4- Os verdadeiros direitos dos alunos**

- Gratuidade do ensino básico; Apoio efectivo aos alunos com NEE; Apoio real à pobreza; Formação para o mercado de trabalho; Transportes Escolares seguros e confortáveis; Intervenção dos alunos na gestão da escola.

### **5 – Recursos físicos, instalações e equipamentos**

- A estrutura física que assegura a escola deve ser conforme assim como equipamentos como aquecimento, laboratórios e espaços de convívio. Requalificação urgente da rede do 1º CEB.

Avançada, 20 de Maio de 2006

Relatores: António Novo / Luís Laranjeira  
João Diniz  
José Manuel Barros  
Mário Oliveira



## **AVALIAÇÃO**

Em reunião ordinária de 12 de Junho de 2006, o Conselho Executivo da Federação Regional das Associações de Pais do Distrito de Aveiro, FRAPAV, validou as conclusões aqui apresentadas.

Foi unânime a opinião de todos os elementos deste Conselho Executivo que participaram neste Seminário, que os objectivos foram amplamente conseguidos e que a metodologia usada contribuiu decisivamente para o sucesso desta iniciativa. É nossa convicção que todas as pessoas participantes deram o seu real contributo e opinião sobre as questões colocadas, que era o principal objectivo traçado para esta acção.

A integração deste Seminário no âmbito do Debate Nacional sobre Educação, foi também um factor de grande relevância para o trabalho desta Federação.

Na participação activa e empenhada demonstrada por todos, pela presença permanente do Presidente do Conselho Nacional de Educação, e pela sua liderança deste Debate Nacional sobre a Educação, é convicção da FRAPAV, que a educação foi colocada definitivamente como tema fundamental da nossa sociedade e que esta iniciativa de Debate Nacional será fundamental para seguir os rumos necessários da educação para uma sociedade melhor, mais integradora, promotora daquilo que o Homem procura: ser feliz.

Aveiro, 12 de Junho de 2006